

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
05 10 2016	15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	1	

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 86ª
(OCTOGÉSIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Não se verificando *quorum* para o início dos trabalhos, conforme disposto no art. 109, § 4º, do Regimento Interno, declaro suspensa a sessão por quinze minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h13min, a sessão é reaberta às 15h29min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Está reaberta a sessão.

Convido a Deputada Luzia de Paula a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Não havendo *quorum* para dar continuidade...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu solicito a V.Exa. que dê um prazo de pelo menos dez minutos. Eu cruzei com alguns colegas e talvez dê tempo de eles chegarem.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 10 2016		15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA		2

Hoje é uma quarta-feira. Eu pediria que a gente aguardasse um pouquinho mais, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Suspendo a sessão por vinte minutos.

(Suspensa às 15h31min, a sessão é reaberta às 15h45min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Está reaberta a presente sessão.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria falar da nossa satisfação em poder ver essa turma lá de Águas Lindas, esses alunos que estão nos honrando com sua visita. Parabéns professoras, meninos e meninas. Sejam muito bem-vindos. Esta Casa é de vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Eu quero cumprimentar os alunos e as professoras de Águas Lindas. Eu acabei de falar com o Prefeito Hildo do Calango, que foi reeleito agora, e ele me deu uma boa notícia: As escolas de Águas Lindas, a porcentagem no IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, foi de 4,7; melhor que a de Brasília. Vocês estão de parabéns!

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero novamente trazer um assunto recorrente. Hoje o governo, no Sol Nascente, fez outra operação prevista em torno de 372 unidades habitacionais, barracos, pequenas construções. Naturalmente a população acabou recorrendo à Câmara Legislativa.

Eu tenho tentado dialogar no âmbito do governo no sentido de que ele tenha uma ação mais cuidadosa e mais responsável com essas famílias. Eu quero aqui deixar um novo apelo ao governo. Nós tivemos uma reunião nesta semana e nada alterou o quadro e a postura do governo sobre esse assunto. Eu creio que o governo deveria abrir um debate sobre esse assunto para tratar com a profundidade

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
05 10 2016	15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	3	

necessária para que a gente possa encarar de fato uma política habitacional e um quadro de ocupações irregulares no Distrito Federal.

Esse quadro não pode ser tratado apenas como um procedimento policial. Nós, quando lidamos com a população pobre, estamos lidando com aqueles que são mais vulneráveis na sociedade. Ou nós, por acaso, desconhecemos a história da Ceilândia? Os colegas aqui estão lembrados da história da Ceilândia, Deputado Chico Vigilante, que é morador da Ceilândia, Deputada Luzia de Paula? Eu quero lembrar que eu, quando estudante da Universidade de Brasília, Deputada Luzia de Paula, fui recenseador do IBGE por seleção lá na Vila do IAPI, mais ou menos, Deputado Juarezão, antes de o governo fazer a remoção da Vila do IAPI para a atual Ceilândia. Então, essa é uma história de uma cidade com uma população extremamente significativa, que atendeu um apelo da mobilidade como forma de sobrevivência e encontrou alternativa. Essa cidade foi extremamente generosa e acolhedora. Hoje esta cidade assiste a um retrato onde o pobre ocupou e, com certeza, a polícia foi lá para desocupar.

Sr. Presidente, eu também gostaria de trazer aqui outra preocupação e quero reportar ao governo. É uma questão extremamente séria. O mês de setembro encerrou. Era o mês que tinha previsão de ter a relação dos imóveis a serem apresentados diante do saque de 1 bilhão e 250 milhões de reais. Eu digo saque porque a Câmara Legislativa pode até ter se posicionado favoravelmente, mas os servidores, que são os verdadeiros proprietários desse recurso não opinaram. Eu entendo que isso foi feito à revelia dos próprios servidores. Agora o governo apresentou uma segunda alternativa. Foi verificado que esses imóveis se encontravam em área ambiental, em área que tem uma previsão de um parque – há um decreto sobre o parque. É bem verdade que há um decreto anterior que cria as unidades imobiliárias, e o próprio governo está fazendo investimento neste local para benefício da própria comunidade, de maneira absolutamente correta.

Eu estive ontem na Terracap – Companhia Imobiliária de Brasília – apresentando duas grandes glebas. O governador resolveu substituir essas unidades imobiliárias da área do Parque do Gama por duas grandes glebas no Setor JK da cidade de Santa Maria, onde há o Pró-DF, Deputado Juarezão. São duas glebas gigantescas.

A par disso, o governo está apresentando para serem transferidos – e aí são imóveis que a Terracap está doando para o Governo do Distrito Federal – aquele conjunto de apartamentos na 203 Sul, que são do Governo do Distrito Federal. Só que muitos desses apartamentos estão ocupados. Como é que eu vou entregar um imóvel, um apartamento extremamente valorizado, no valor previsto de 1 milhão e 700 mil reais, de duzentos e poucos metros quadrados, ocupado? Desocupado, tudo bem. Eu creio que o IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – vai ter que montar uma carteira imobiliária.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 10 2016	15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA		4

Agora o governo também está apresentando quatro projeções mistas no Setor Noroeste – que são boas propostas – e há o setor do Jôquei Clube, que é outra gleba de um pouco mais de oito hectares, para ser colocado à disponibilidade do Iprev, e uma outra unidade imobiliária na cidade de Águas Claras.

Contudo, qual é o grande problema? O que precisa ficar claro, Deputada Luzia de Paula, é o seguinte: a Terracap e o Governo do Distrito Federal são detentores de 51%; 49% são da União. Como é que a União se manifesta nesta questão da Terracap? Pelo Conselho da Administração, que tem os seus representantes; do Conselho Fiscal; e pela Assembleia. É necessário dizer que o ex-Senador Rollemberg tem na CGU – Controladoria-Geral da União – uma representação de cobrança em relação à parte da União, os 49%. Agora, na condição de Governador, ele tem que estar atento porque estes imóveis que o governo pretende transferir para o Iprev poderão ser judiciados. Ora, o governo não pode transferir um cavalo de Tróia, o governo tem que entregar algo comercializável, algo que possa recompor 1 bilhão e 250 milhões de reais. Lamentavelmente, esta é uma angústia que o servidor vai sofrer até ter a oportunidade de poder fazer essa recomposição, de ter isso líquido e certo.

Antes de encerrar a palavra, eu quero ainda, Deputada Luzia de Paula, Deputado Juarezão, dizer que eu recebi hoje uma ligação de um servidor da Secretaria de Saúde. O servidor, ouvindo o noticiário coordenado pelo jornalista Cláudio Humberto, da *BandNews* – por sinal um jornalista bastante respeitado, querido por muitos –, se sentiu extremamente atingido porque, na Secretaria de Saúde, nós temos servidores extremamente dedicados, diga-se de passagem a grande maioria dos servidores. Inclusive, o Presidente é servidor da Secretaria de Saúde. Esse servidor, falou: “olha, Deputado, eu sou extremamente dedicado. Eu me senti agredido”. Então, nós precisamos tomar cuidado ao cobrar daqueles servidores negligentes, e nós sabemos que há servidores negligentes, médicos, enfermeiros, enfim, outros servidores, mas há um conjunto enorme de servidores que prestam serviço digno, responsável e comprometido com o paciente, com o usuário do SUS.

Portanto, eu quero fazer um apelo aqui ao jornalista Cláudio Humberto para que ele reconsidere as suas críticas. Naturalmente, ao que cabe à crítica, todo valor deve ser dado as suas denúncias, mas nós não podemos generalizar. A generalidade desses casos afeta aqueles que, nesse momento, têm que ter mais motivação para poder suprir a irresponsabilidade de outros. O que nós temos que fazer é identificar quem são os irresponsáveis, informar na auditoria da Secretaria de Saúde e pedir averiguação e corte de ponto daqueles que não atendem. Mas nós não podemos fazer a prática da generalidade porque é uma prática que apequena o servidor, que empobrece a secretaria, que, nesse momento, precisa de um enorme apoio para poder executar os seus serviços. Muito obrigado.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
05 10 2016	15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	5	

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Solicito à Sra. Secretária, Deputada Luzia de Paula, que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Com a presença do Deputado Bispo Renato Andrade, damos continuidade aos Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Bloco da Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais assessores, hoje eu quero usar esta tribuna, na realidade, como uma extensão da fala do Deputado Wasny de Roure, mas eu queria fazer um panorama no que se refere ao crescimento populacional e à gestão de território no Distrito Federal nos últimos anos, e uma projeção para 2020, 2025 e 2030.

Segundo dados da Codeplan, nós chegamos em 2015 com cerca de 2 milhões e 360 mil habitantes no Distrito Federal. Conforme os dados também da Codeplan, nós vamos em 2020, ou seja, daqui a 4 anos exatamente, a partir de hoje, ultrapassar a marca de 3 milhões de habitantes – chegando em torno de 3 milhões e 60 mil habitantes no Distrito Federal. Isso dá, Deputado Bispo Renato Andrade, Deputado Juarezão, Deputada Luzia de Paula, em torno de 670 mil pessoas novas que estarão no Distrito Federal nos próximos 5 anos segundo a projeção colocada pela Codeplan. Essa taxa de crescimento populacional, não habitacional, vai gerar em torno de 127 mil pessoas por ano. O crescimento populacional do Distrito Federal, percentualmente, é o dobro do crescimento da cidade de São Paulo. Enquanto São Paulo cresce em média 6% ao ano, o Distrito Federal cresce em torno de 12% a 13% ao ano.

Sobre essa questão do crescimento populacional para 2020 – nós estamos em 2016 –, eu coloco esta situação: nós vamos chegar a mais de três milhões de habitantes. Não estou falando da população envolvendo a RIDE, estou falando da população somente do Distrito Federal, dentro do quadrilátero. Nós vamos chegar, Deputado Juarezão, a mais de três milhões de habitantes em 2020. Isso requer primeiramente do governo, ou do Estado – eu não quero falar de governo, quero falar de Estado – uma política de atendimento na saúde, na educação, na segurança, de infraestrutura e saneamento básico. Se a previsão é de um crescimento de mais 120 mil pessoas por ano, é necessário que o Estado esteja preparado para receber essas pessoas e dar o atendimento, os serviços públicos necessários, obviamente de boa qualidade.

O que mais me assusta é que durante muito tempo o Distrito Federal não teve uma gestão de territórios bem definida, tanto que o nosso Plano Diretor de Ordenamento Territorial é recente – salvo engano, é de 2009, e se eu estiver errado alguém me corrija. Nós ainda não temos uma lei, Deputado Wasny de Roure, que

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 10 2016		15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA		6

estabeleça a utilização e ocupação do solo no Distrito Federal. Já se tentou por diversas vezes aprovar uma legislação dessa – salvo engano, em 2013 houve tramitação de um projeto de lei semelhante aqui nesta Casa –, mas infelizmente não conseguimos avançar nesse ponto.

Outra coisa interessante para avaliarmos é o porquê desse crescimento desproporcional. A nossa média de crescimento populacional do Distrito Federal é a maior do País. Pasmem: o Distrito Federal é o destino preferido na migração interestadual, não dentro do Estado, mas interestadual. O Centro-Oeste é a região que mais recebe atualmente – não é mais a região Sudeste, é a região Centro-Oeste – moradores, ou cidadãos, nessa migração intrarregional.

Nós temos que responder esta pergunta: por que o Distrito Federal se torna tão atrativo? Primeiro, por ser Capital da República. As pessoas entendem que na Capital da República vão ter uma qualidade de vida melhor, até porque nosso IDH é o maior do País. Obviamente, as pessoas que saem dos seus estados e vêm a Brasília recebem um serviço público, não vou dizer que é de excelente qualidade, mas em muitos lugares é melhor do que o da cidade onde moram.

O terceiro ponto é uma constatação que eu levantei sobre a facilidade da ocupação de área pública, ou de terras públicas que existem no Distrito Federal, pois muitas vezes não existe um controle. Então, o que acontece? Eu vou afirmar nesta minha fala que a nossa gestão – não falo do governo, mas da gestão do Estado – está atrasada, Deputado Wasny de Roure, há dez anos. Estamos mitigando a demanda da população de dez anos atrás. Hoje a estrutura dos serviços públicos existentes na Capital da República atenderia a demanda da população de 2005. Nós estamos atrasados. Não quero culpar a, b ou c, é mais para uma reflexão. É necessário que façamos uma reflexão principalmente sobre o crescimento populacional da nossa cidade.

Se a nossa gestão está atrasada há dez anos, em 2020 quantos anos nós vamos ter de atraso?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Delmasso, entendo que um dos grandes equívocos – eu concordo com V.Exa. em parte –, naturalmente a população que migra não necessariamente fica em Brasília. Como nós temos um derredor extremamente ativo e mais atrativo do ponto de vista de valores menores na habitação, acaba havendo uma migração ainda mais intensa para o Entorno. Então, o Distrito Federal acaba sendo um número figurativo, e não real. Na realidade, todos que migram para Brasília e para o Entorno se reportam a Brasília no que demanda equipamento público. O que nós verificamos é que não há um processo de governança que estabeleça uma relação de aprofundamento desse cenário. Quem chega na divisa do Distrito Federal com o Entorno não está impedido

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 10 2016		15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA		7

de entrar ou de sair. Não existe isso, não existe Brasília e o Entorno. Existe uma grande região, isso é fato. Eu posso morar em Santo Antônio do Descoberto e trabalhar em Samambaia ou no Palácio do Planalto. Não existe esse tipo de coisa.

Os nossos governantes insistem em dizer que governam o quadrilátero. Não governam Santo Antônio do Descoberto, nem sequer lá vão. Entretanto, na hora de querer o BRB lá, na hora de querer que o BRB seja o banco de fomento da grande Região Centro-Oeste, aí essa região existe. Então, nós precisamos de governantes que possam dialogar com esse grande Entorno e fazer políticas em comum, tendo o Governo Federal como parceiro e com uma política habitacional que distensione Brasília.

Temos que aprofundar outra questão. Existem aqueles que querem moradia com invasão de terras, e aqueles que querem moradia por meio de programas habitacionais dentro de critérios eletivos previstos pela legislação, como renda, família e tempo de Brasília. Há canais por meio dos quais você pode fazer isso. Aqueles que atendem os critérios ficam em Brasília; os que não atendem são alocados em outros espaços que não esses mais privilegiados.

O governo faz política habitacional apenas como defesa do patrimônio público – ele não está errado –, mas ela por si só é incapaz de atender e enfrentar o problema. Estamos proporcionando a geração de um movimento de sem-teto nas nossas cidades. Daqui a pouco eles estarão invadindo prédios públicos e ocupando áreas nobres da cidade, pela absoluta falta de uma política concreta. Não adianta ter uma política num pedaço de papel, para todo mundo ver e para mandar cartinha. Ela tem que se fazer concreta, essa é a realidade.

Nós estamos fechando dois anos de governo, e a única política habitacional, por mais que queiram meter o pau no Agnelo, são os apartamentos construídos que até hoje estão sendo entregues. Agora é que reabriram o Mangueiral para uma outra etapa. Depois de quase dois anos de governo é que o Mangueiral vai ser retomado. Esse é o quadro que estamos vivendo.

Muito obrigado.

DEPUTADO DELMASSO – Deputado Wasny de Roure, eu concordo com V.Exa. Como conclusão da minha fala, Deputado Chico Vigilante, nós precisamos ter um olhar diferente no quesito de planejamento urbano e territorial do Distrito Federal e do Entorno. Quando eu falo ter um olhar diferente, não é tratar o Entorno como um anexo indesejado que não mereça a atenção da Capital da República. Quando eu falei dos números, não citei em momento algum a pressão populacional que as cidades do Entorno colocam sobre Brasília, principalmente na utilização dos serviços públicos. É necessário, no planejamento urbano e territorial, um olhar diferenciado, evitando, desculpem a expressão, colocar Brasília como a ilha da fantasia.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05	10	2016	15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Deputado Chico Vigilante, o Distrito Federal faz divisa com municípios do Estado de Goiás e do Estado de Minas Gerais. É necessário que, no planejamento urbano e territorial, esses municípios sejam inclusos em uma estratégia de mitigação e diminuição do crescimento populacional do Distrito Federal. É necessário que a Capital da República – eu falo o Distrito Federal – incentive, economicamente falando, indústrias. Há um incentivo econômico na Capital da República para que se instale aqui, mas é necessário que haja incentivo também para o Entorno, principalmente o incentivo de melhorar os serviços públicos onde as pessoas moram.

Eu acredito que é de extrema importância a ampliação do Hospital Regional de Águas Lindas. É de extrema importância a instalação de mais uma Unidade de Pronto Atendimento na cidade de Valparaíso, embora já exista uma. É necessário que se instalem escolas municipais, estaduais nas cidades do Entorno, porque, fazendo essa política de planejamento urbano e territorial, oferecendo, principalmente para o morador da cidade do Entorno, qualidade no serviço público, na ponta esse serviço público bem prestado vai diminuir essa pressão aqui na Capital da República.

Quando eu digo que nós estamos dez anos atrasados, é porque a estrutura dos serviços públicos existentes hoje na Capital da República atenderia à população de dez anos atrás. Por isso nós vivemos o caos que estamos vivendo nos serviços públicos. Para isso, é necessário que se estabeleça uma política de território, uma gestão de território.

O Governador Rodrigo Rollemberg deu o primeiro passo, criando o Comitê de Governança do Território, juntando diversos órgãos. Agora, é necessário, é imperioso que chegue a esta Casa o Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo para que a gente tenha definido, Deputado Wasny de Roure, o que pode ser feito e o que não pode ser feito. É necessário, é imperioso que chegue a esta Casa o zoneamento ecológico econômico para que saibamos onde as indústrias podem se instalar e qual é a capacidade e principalmente a infraestrutura necessária para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal sem agredir o meio ambiente. É imperioso que haja uma revisão das diretrizes urbanísticas de algumas cidades satélites para incentivar o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda.

Eu acredito que esta Casa tem competência. Há duas comissões que podem tratar isso como prioridade, que é a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, da qual o Deputado Cristiano Araújo e eu somos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a Comissão de Assuntos Fundiários, da qual a Deputada Telma Rufino é a Presidente.

Então, eu queria deixar esta reflexão na Casa, porque, se nós não começarmos a tomar providências hoje, daqui a vinte anos nós vamos estar vivendo em uma cidade muito pior do que a em que nós estamos.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05	10	2016	15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

A cidade de São Paulo – eu quero dar um exemplo aqui, Deputado Wasny de Roure, não quero levantar bandeira partidária –, em 2040, vai viver um dos seus melhores momentos, porque ela já tem hoje uma gestão de território bem estabelecida; ela já tem um sistema de atendimento das demandas sociais bem definido; já tem, principalmente, uma política de desenvolvimento econômico bem definida; uma política de mobilidade urbana – muitos a criticavam, mas hoje veem a necessidade, principalmente, Deputado Juarezão, dos corredores exclusivos de ônibus e das ciclovias que foram instaladas na cidade. Eu me lembro de que, quando começaram a instalar as ciclofaixas na cidade de São Paulo, existia um grande debate e existia, na realidade, uma grande rejeição. Hoje é a grande saída na mobilidade de São Paulo, porque as ciclofaixas ligam as casas das pessoas aos modais de transporte na capital paulista.

Então, eu quero deixar essa reflexão. É necessário que tratemos o planejamento urbano e territorial com seriedade, mitigando o nosso atraso na qualidade da implantação dos serviços públicos e também organizando e planejando o crescimento da nossa cidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje pela manhã nós tivemos uma audiência pública para a apresentação do relatório de gestão fiscal do Governo do Distrito Federal com a presença do Secretário João Antônio Fleury e da Secretária de Planejamento, Dra. Leany Barreiro de Sousa Lemos. Tivemos a participação importante do Deputado Wasny de Roure nesta audiência, onde foi apresentado o segundo relatório quadrimestral, que atende a uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Foram feitas várias indagações ao Secretário de Fazenda e à Secretária de Planejamento por mim e também pelo Deputado Wasny de Roure. Nós saímos bastante preocupados, porque, inclusive, eu fiz a indagação para a escolha múltipla, tipo provas a, b, e c. Uma das indagações que eu fiz foi sobre o reajuste dos salários dos servidores públicos, que era um compromisso de o governo fazer agora na folha de outubro, para pagamento no início do mês de novembro.

Perguntei se o governo tinha condições de pagar de uma vez só o reajuste. Seria a opção a. A opção b: se o governo, não tendo condições de pagar de uma vez

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 10 2016		15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA		10

só o reajuste, iria parcelar esse pagamento. E a opção c: se o governo não iria ter condições de pagar o reajuste aos servidores agora em outubro. O Secretário de Fazenda disse que não tinha condições de responder porque estava fazendo uma avaliação, mas que os números indicam um déficit financeiro de 800 milhões entre o que tem o Governo do Distrito Federal a pagar e o que tem a receber. O déficit é de 800 milhões no exercício de 2016.

Ora, Sras. e Srs. Deputados, do reconhecimento de dívida que o governo atesta que recebeu de 2 bilhões e 400 milhões, ele apresentou um demonstrativo de que teria liquidado 1 bilhão e 400 milhões da dívida do governo anterior e hoje restaria ainda 1 bilhão de reais para liquidar as despesas deixadas ainda pelo governo que ele sucedeu.

O que nós vimos em uma análise mais detalhada do relatório quadrimestral apresentado pelo governo é que a receita tributária, receitas como ICMS, IPTU, IPVA, cresceu praticamente 9%. Talvez a única unidade da Federação a apresentar um crescimento real, ou seja, crescimento nominal de 8%. Descontada a inflação, teremos o crescimento real da receita tributária de 1,5%

Em compensação, Deputado Chico Vigilante e Deputado Lira, no item receita de capital, que envolve exatamente alienações de terrenos e outras receitas correntes do governo, havia a previsão de uma receita de 590 milhões. Já havia sido autorizado pela Câmara Legislativa que o governo vendesse os seus terrenos, mas desses 590 milhões, nós só conseguimos arrecadar 1 milhão e pouco.

Eu fiz uma indagação ao Secretário: se eles têm em mãos 590 milhões em imóveis para serem vendidos, por que não conseguiram converter essa receita? Primeiro, será que a Terracap está colocando os preços muito além do preço de mercado e, por isso, as licitações são vazias? Segundo, se está havendo uma deficiência na publicidade, porque venda está muito ligada a *marketing*, está muito ligada a divulgação, a publicidade. Terceiro, tendo em vista as constantes mudanças de diretoria na Terracap, se isso não era um problema de gestão.

Outro item a ser observado é que, de 3 bilhões e meio que o governo esperava receber de empréstimo de instituições financeiras, praticamente não atingimos nem 10% disso. São 3 bilhões e meio de empréstimo que não vieram mais 589 milhões de vendas de imóveis que deveriam ser feitas. As transferências correntes, que são receitas vindas da União, caíram, praticamente, comparadas com o quadrimestre anterior, 15%.

Então, só a receita tributária decorrente de IPTU, IPVA, ICMS não é o suficiente para que o governo faça frente a todas as despesas que ele tem que honrar até o final do ano. Ora, isso nos deixa uma preocupação, Sr. Presidente.

Existe uma série de outras questões sendo analisadas, como o aumento da Polícia Civil, como o pleito da Polícia Militar de se equiparar à Polícia Civil. A Polícia Militar quer se equiparar também com a Polícia Federal.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
05 10 2016	15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	11	

Há uma série de outras carências que o governo tem. Há uma previsão de que, Deputado Chico Vigilante, nos próximos dez anos, 80% dos professores de Brasília se aposentem. Deputado Prof. Reginaldo Veras – V.Exa. que é da área, um especialista em educação –, a estimativa é de que, em dez anos, 80% dos nossos professores se aposentem. Eles não deixam de sair da folha de pagamento. Apenas eles saem como ativos e passam a receber como inativos. E o governo tem que recompor todo esse quadro de professores nos próximos anos. O governo vai ter que se reinventar orçamentariamente e financeiramente.

Nós precisamos implantar urgentemente uma política fundiária de regularização dos imóveis. Não faz sentido uma capital como Brasília arrecadar apenas 500 milhões de imposto sobre transmissão de imóveis quando cidades menores do que Brasília arrecadam 3 bilhões e meio. Mas nós sabemos que a maioria das compras e vendas de imóveis de Brasília são feitas através de contratos de gaveta, que são aqueles em que o comprador assina que vende e o cara que compra assina que compra, reconhece as firmas e não paga nenhum centavo de imposto.

Há outras questões que o governo coloca como prioridade para estancar o crescimento vegetativo da folha de pagamento. Hoje, 82% do que é arrecadado é para custear 7%, que são dos servidores, e há um crescimento vegetativo da folha de pagamento em torno de 5%. No máximo, em quatro ou cinco anos, nós vamos gastar 90% de tudo que Brasília arrecada para pagar a folha do funcionalismo público.

O que acontecerá se o governo não conseguir? Primeiro, a capacidade de endividamento de Brasília é de trinta e oito bilhões de reais. Nós devemos aí algo praticamente insignificativo. No *rating*, que é a nota dada ao estado que tem capacidade, nós estamos com a letra B. Existe a letra A e B para bons pagadores. Brasília é o único estado da federação que tem, no *rating*, a letra B, ou seja, tem capacidade e confiabilidade para obter recursos.

Então, o governo vai ter que fazer uma cesta, vai ter que fazer um esforço para regularizar todos os condomínios e cidades inteiras que precisam ter regularidade fiscal, ter escritura pública, para, quando forem vender ou comprar um imóvel, pagarem o ITBI que hoje não pagam.

O governo tem que ter capacidade de gestão para ir atrás de recursos em instituições financeiras, seja BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil no Brasil, seja BIRD, BID, Banco Mundial ou outras instituições financeiras fora.

Nós vamos ter que ter, Deputado Raimundo Ribeiro... Eu vi RR ali, de Raimundo Ribeiro, e eu confundi com Rodrigo Rollemberg. Os dois erres são similares. (Risos.)

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 10 2016		15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA		12

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Distrito Federal ainda é o estado da federação que tem capacidade para conseguir contornar esta crise política. Essa crise política resultou numa deficiência da economia.

Deputado Prof. Reginaldo Veras, a receita da União teve queda real de 10% no mês passado. Nós sabemos que dependemos muito de transferências do Governo Federal, inclusive do Fundo Constitucional, que paga a segurança, a saúde e a educação de Brasília. Quando o Fundo Constitucional foi criado, dava para pagar tudo. Hoje, Deputado Raimundo Ribeiro, já existe um transbordo, o Governo do Distrito Federal tem que colocar 8 bilhões e 400 para complementar as despesas com o próprio Tesouro, com a própria arrecadação de Brasília. Antes, o que a União passava era o suficiente para pagar a segurança, a educação e a saúde de Brasília. Hoje, o Governo do Distrito Federal, para complementar as despesas do Fundo Constitucional, tem que colocar, da própria Fonte 100, dos próprios recursos obtidos por meio dos impostos cobrados em Brasília, 8 bilhões e 400 para fechar essa conta.

Então, Deputado Prof. Reginaldo Veras, não tem sem que consigamos aprovar uma série de medidas aqui na Câmara Legislativa. Eu digo que nós precisamos fazer isto, Sr. Presidente, Juarezão, mesmo porque o PSDB e tantos outros partidos que pleiteiam chegar ao governo de Brasília precisam fazer um esforço para que as finanças de Brasília sejam saneadas, sob pena de, se eles chegarem ao governo um dia, o governo estar falido.

Então, nós precisamos, Deputado Raimundo Ribeiro, fazer uma série de esforços. Eu ainda considero o Distrito Federal um elefante amarrado a um pé de alface: tem muita força, mas não sabe usar e é por isso que está amarrado. Eu conclamo os colegas Deputados, esta Câmara Legislativa a colaborar com o governo, não com o governo em si, mas colaborar com a população de Brasília e colaborar, quem sabe, com os futuros governos que virão pela frente para que possamos, Deputado Juarezão, sanear as finanças de Brasília, senão, em muito pouco tempo, em poucos anos, Brasília vai entrar num colapso financeiro.

Era o que eu tinha a falar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Eu quero aqui registrar a presença de estudantes e professores do Centro de Ensino Fundamental Jataí, de São Sebastião, que estão participando do Projeto Cidadão do Futuro como parte do Programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo.

Conforme nota técnica da Comissão de Comissão e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 24, de 2015, e de acordo com o art. 205 do Regimento Interno, submeto ao Plenário a alteração da redação do art. 1º e a inclusão do art. 2º, com a consequente renumeração dos artigos posteriores, assim redigida pela Comissão:

"Art. 1º: O Parque Ecológico Ezechias Heringer, criado por esta Lei, constitui-se em unidade de conservação ambiental, com área equivalente a 344,9508

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início		Sessão/Reunião	Página
05 10 2016		15h13min		86ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

hectares, cujas coordenadas se encontram descritas no Memorial Descritivo constante do Anexo Único.

Art. 2º: A Lei nº 1.826, de 1998, passa a vigorar acrescida de Anexo Único, na forma do Anexo I desta Lei complementar".

Submeto ao Plenário a referida retificação. (Pausa.)

Não havendo impugnação, declaro aceita a correção.

Por fim, ratifico as aprovações em primeiro e segundo turnos, ambas com 18 votos favoráveis e 6 ausências.

Conforme nota técnica da Comissão de Comissão e Justiça ao Projeto de Lei nº 68, de 2015, e de acordo com o art. 205 do Regimento Interno, submeto ao Plenário a alteração no art. 52-A, assim redigida pela Comissão:

"Art. 52-A: É assegurada aos candidatos moradores da mesma residência a realização das provas na mesma instituição".

Não havendo impugnação, considera-se aceita a referida nota técnica.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (Bloco Popular Solidário Social. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas, todos que estão neste plenário, primeiro quero falar da nossa satisfação de poder receber, na Feira do Livro, estudantes de todo o Distrito Federal. Ontem, fiquei muito feliz, porque tínhamos no auditório desta Casa aproximadamente seiscentas crianças das mais diversas cidades. Tínhamos crianças do Riacho Fundo II, da Fercal, de Planaltina, de São Sebastião, de vários lugares. Então, quero dar as boas-vindas e falar da nossa satisfação.

Fiz questão, Sr. Presidente, de falar neste momento primeiro para fazer um convite aos demais Parlamentares. Nós estamos discutindo aquele projeto de interesse do DER. Hoje houve uma reunião e amanhã teremos outra, às 9h30min, para que possamos ultimar os debates. Todos os Deputados que tiverem a oportunidade de recomendar aos seus assessores que participem será muito bom, porque legitima o processo e legitima, também, a adesão a ser adotada.

A segunda questão é apenas esclarecer aqui, por uma provocação do Deputado Agaciel Maia, que disse que vê o RR e pensa no Governador Rodrigo Rollemberg.

Eu quero dizer que o RR do Rodrigo Rollemberg é o RR genérico, porque, na verdade, é aquilo que traz o genérico. E é tão genérico, que eu gostaria de fazer algumas considerações.

Primeiro, estamos no mês de outubro, mês dedicado à prevenção do câncer de mama. Não sei se V.Exas. sabem, mas os centros de atendimento para a

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
05 10 2016	15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	14	

prevenção do câncer de mama estão praticamente fechados em todos os hospitais do Distrito Federal. Então, não dá para comemorar o Outubro Rosa aqui no Distrito Federal, por absoluta incompetência desse governo que aí está, que não consegue sequer manter abertos aqueles órgãos que deveriam atender à população.

Hoje tive a oportunidade de ir a um programa de TV entrevistar uma médica que disse o seguinte: "Como é que a gente vai fazer a prevenção? A gente diz para as pessoas o que se deve fazer, mas elas chegam ao hospital e está tudo fechado." Realmente é uma situação vergonhosa.

Há outra questão que eu queria levantar, Sr. Presidente. Na semana passada, no Colégio de Líderes, até aquele momento, eu, a Deputada Celina Leão, o Deputado Bispo Renato Andrade, o Deputado Wellington Luiz e vários outros Deputados tínhamos assumido o compromisso de trancar a pauta em protesto pelas derrubadas que estavam acontecendo no Distrito Federal. Um Parlamentar nos solicitou que votássemos esses projetos de interesse do Governo, alegando que o Governo já estava sensibilizado e iria receber uma comissão de Parlamentares para iniciar o processo de conversação, visando resolver essa questão das derrubadas, que têm angustiado milhares de famílias no Distrito Federal. Aí, contra o meu voto, os demais Parlamentares se sensibilizaram. Tanto, que aprovaram diversos projetos aqui, com o *quorum* altamente qualificado, de 16 ou 17 Parlamentares. Não sabiam eles que, enquanto estavam aqui no plenário votando, o Governador estava destruindo o Condomínio Mansões Bougainville, Deputado Wasny de Roure. Enquanto estávamos todos aqui, emprestando o crédito de confiança requerido, o Governador estava mandando derrubar todas as casas do Mansões Bougainville. E mais do que isso: na segunda-feira, a reunião que era para resolver esses problemas mais uma vez foi inócua. Essas são as notícias que nós temos.

O Governo não tem nenhuma proposta para as derrubadas e, exatamente porque eu já sabia que isso ia acontecer, fui contrário a que se destrancasse a pauta. Por quê? Pessoal, eu digo aqui – às vezes as pessoas até ficam rindo –, entre nós, que o Governador tem maus antecedentes, mesmo. Ele não gosta de cumprir com a palavra! Palavra não é exatamente aquilo com que ele mais gosta de cumprir, não é? E a gente tem que ser sincero. Não estou aqui fazendo crítica ao Governador, não, estou dizendo falando de uma característica dele. Ele não cumpre com a palavra, e não é de hoje! É característico dele! Como quando eu digo que ele é preguiçoso ou lerdo. As pessoas acham que estou criticando, mas não! Isso é uma característica dele. Alguns são ligeiros, outros são lerdos. Ele é lerdo. É dele, uai! Vai-se fazer o quê? Mudar o homem depois de velho? Não tem jeito! O problema é que ele está no lugar errado. É esse o problema. Foi por isso que ontem pedi a interdição dele. Ele não pode estar nas suas faculdades normais. Um governador ligar para o presidente de uma CPI da saúde que está investigando os 30% de propina dentro do Palácio do Buriti e ameaçá-lo e aos policiais que estão cumprindo o dever de apontar os erros... Ele ameaçou, ele disse claramente que vai usar dos poderes que tem, de

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
05 10 2016	15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	15	

governador, para mandar esses policiais para a Corregedoria, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Isso é uma coisa absurda! Isso é obstrução dos trabalhos da CPI! Quando se fala em obstrução dos trabalhos da CPI, estamos falando em obstrução dos trabalhos do Poder Legislativo, que ele há muito tempo tenta botar de cócoras. Mas, de vez em quando, surge uma voz para dizer que não aceita ficar de cócoras.

Nós temos que ter altivez sem ter nenhuma arrogância. A arrogância não é característica nossa, mas dele. Só que parece que é uma arrogância bem medida, porque ele sequer responde àquilo que estamos colocando aqui.

Quero apenas finalizar, Sr. Presidente, pedindo que nenhum outro Parlamentar venha mais com essa história de pedir mais crédito de confiança, de dizer que o Governador vai resolver. Não! Primeiro ele resolva, para depois a gente voltar a discutir os projetos na maioria das vezes mal elaborados pelo governo.

Finalmente, quero falar sobre a proposta indecente e imoral do governo de aumentar o IPTU aqui no Distrito Federal. Eu gostaria que os Parlamentares fizessem uma reflexão, porque ele está se utilizando do seu poder de entorpecer a imprensa jogando a mensagem de que depende desta Casa o reajuste dos servidores públicos. É mentira! Não depende desta Casa, não. Depende de ele cumprir a palavra que deveria ter sido cumprida no ano passado. Do ano passado para cá, ele teve um ano para se planejar e cumprir a lei que concede o reajuste salarial para os servidores.

Querer condicionar o pagamento desse reajuste a aumento de IPTU, o nome disso é outra coisa, é chantagem. Essa chantagem tem de, mais do que ser repelida, ser denunciada, Deputado Chico Vigilante. Nós não vamos aqui aprovar o aumento do IPTU para, segundo ele, salvar o aumento do salário de servidores públicos, porque isso nunca foi condicionado. Na verdade, esse aumento era para ter sido concedido no ano passado. Os servidores públicos, com toda a compreensão, permitiram que isso fosse colocado para o ano seguinte.

Eu pergunto: o que fez o governo ao longo desse ano? Absolutamente nada. Criou um monte de secretarias para albergar cabos eleitorais e futuros candidatos, aumentou a despesa – basta olhar a linha da Lei de Responsabilidade Fiscal –, aumentou consideravelmente os gastos públicos, e agora vem com essa conversa meio fuleira de querer aumentar o IPTU e justificar o não pagamento do reajuste que é devido desde o ano passado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Raimundo Ribeiro, nós tivemos várias reuniões, inclusive com presidentes de sindicatos e com outras associações, no ano passado, no sentido de definirmos esse aumento. E ficou condicionado que a Câmara Legislativa ajudaria o governo na aprovação de alguns projetos, inclusive receita de capitais, que era a alienação de

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 10 2016		15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA		16

terrenos. Nós temos de fazer uma autocrítica, porque nós não autorizamos. Não é uma questão de aumento.

A folha de pagamento do Distrito Federal caiu aproximadamente 3%. Então, o governo está fazendo o dever de casa dele. Apesar de uma inflação de 7% e um crescimento vegetativo de mais 5%, com um total de 12%, o governo conseguiu, para o mesmo quadrimestre do ano passado, reduzir a despesa em praticamente 4%.

O que é difícil é nós Deputados fazermos discursos aqui cobrando ao governo que pague, por exemplo, a licença-prêmio. O mesmo Parlamentar que cobra a licença-prêmio cobra também maiores verbas para compra de medicação, mas na hora de aprovar algum projeto que gere uma receita para o governo para fazer frente a essas despesas, nós somos contra.

Ora, nós todos sabemos que a hora das vacas gordas é passado, Deputado. V.Exa. é um dos homens mais inteligentes de Brasília – preparado, competente – e sabe muito bem que saímos de uma folha de pagamento de 12 bilhões para 26 bilhões, em cinco anos. Pode trazer um governador de Marte, pode trazer um governador de Júpiter, de qualquer outro lugar, que ele não vai dar conta, porque é matemático.

Criamos uma fonte constitucional para pagar despesas de pessoal, de segurança e de educação. Nos primeiros anos dava para pagar e ainda sobrava dinheiro. Hoje o governo tem que colocar 8 bilhões e 400 mil do Tesouro para poder cobrir o excesso de despesa. Não tem Rodrigo Rollemberg, não tem Joaquim, Manoel, João, de partido a, b ou c que dê conta de administrar o serviço público de Brasília crescendo desse jeito. E ainda com a autorização de despesas permanentes – principalmente despesas fixas, como é o caso de salário – em cima de uma falsa receita, em cima de uma estimativa de receita irreal. E ainda vemos pela frente, Deputado Raimundo Ribeiro – V.Exa. sabe muito bem, juntamente com o Deputado Wasny de Roure, que é um especialista em Fundo Constitucional –, nos defrontamos com a queda da Receita Corrente Líquida da União, que é o que estabelece o valor repassado pelo Fundo Constitucional.

Então, estará a Câmara Legislativa, os senhores Deputados e Deputadas criticando aqui o Governador Rodrigo Rollemberg, Izalci, Fraga, Agnelo, quem quer que seja...

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Até o RR verdadeiro.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Até o RR de Raimundo Ribeiro – eu pensei que fosse Rodrigo Rollemberg quando vi RR. Até nisso vocês são parecidos.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ou só nisso.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – O que eu quero chamar atenção é que não existe governo – a não ser que houvesse um milagre econômico – que consiga correr

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
05 10 2016	15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	17	

atrás do aumento da demanda do serviço público, seja da despesa de pessoal, seja da despesa de custeio, seja do investimento. Não há governo que consiga correr atrás do crescimento de uma população que tinha, há dez, doze anos, 1 milhão e 700 mil pessoas e hoje já está beirando praticamente 3 bilhões. A população cresce em uma progressão geométrica enquanto as arrecadações crescem em uma progressão aritmética.

Está hoje V.Exa. criticando o governo, e daqui a cinco anos veremos V.Exa. ou outro Deputado criticando muito mais, porque a situação vai estar muito pior. Nós precisamos dar condições ao governo. Precisamos aprovar os projetos de governo – não de aumento de impostos. Eu, como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – e o Deputado Wasny de Roure é testemunha –, fui o primeiro a devolver o aumento do IPTU e do IPVA. Mas temos de aprovar determinados créditos de levantamento de empréstimos, como alienação de receita de capitais.

A venda de muitos imóveis nós passamos quase dois anos para aprovar, como a daquele terreno que não serve de nada ali no Park Shopping, que vale 400 milhões. Se o governo já estivesse com esse dinheiro na mão, já tinha pago o aumento. Mas nós não demos condições.

Nós cobramos, mas nós não damos condições ao governo de executar. Era isso que eu queria falar, Deputado Raimundo Ribeiro.

Eu agradeço a V.Exa. o aparte.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Eu que agradeço, Deputado Agaciel Maia. Eu incorporo o seu pronunciamento, apesar de discordar em alguns pontos, à minha manifestação. Mas, antes de prosseguir na minha fala original, eu gostaria apenas de dizer que tudo que esta Casa cobra do governo são as obrigações legais que o governo tem que fazer. Ninguém aqui está pedindo nada fora daquilo que foi estabelecido.

Por exemplo, esse reajuste é devido desde o ano passado. Foi uma briga para conseguir configurá-lo, sob o aspecto legal, e foi necessário que o Tribunal de Justiça, por unanimidade, dissesse: “Olha, o reajuste é devido”. E olha que o governo estava de mãos dadas com o Ministério Público naquele momento. Foi o Ministério Público que foi questionar esse reajuste. Além disso, nós tínhamos o prazo de um ano.

O Deputado Agaciel Maia diz que não há quem consiga resolver o problema. Há. Há várias pessoas que, se encararem a função de administrar com seriedade, resolverão o problema do Distrito Federal. O que não é o caso do RR genérico, o que não é o caso do atual Governador.

Eu vou dar um exemplo. Depois de um ano, Deputado Chico Vigilante, o Governador Rodrigo Rollemberg, estando no governo, foi alertado em diversas

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 10 2016		15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA		18

oportunidades disto. Eu estava na CPI dos Transportes e disse a ele que ele tinha uma fonte de arrecadação que o governo dele não estava usando, que era aquela propaganda na rabeira dos ônibus. Lembram-se de que havia aquelas propagandas na rabeira dos ônibus? A metade daquilo ali pertencia ao governo. E o governo que dizia que não tinha dinheiro nunca foi atrás disso. Por que será? Por que quem está passando dificuldade não vai buscar quem está lhe devendo? Eu não sei. Aí, quem pode explicar é o governo. Não somos nós.

Existe uma série de outras medidas que podem ser adotadas sem que seja preciso onerar toda a sociedade como essa proposta indecente que o governo está querendo fazer, que é o aumento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano.

Eu vejo com muita preocupação essa coisa de dizer que a Câmara não colaborou. Esta Casa sempre colaborou para a solução dos problemas. Contudo, o que não dá é você colaborar indo contra os interesses da sociedade! Afinal de contas, ninguém elegeu esse rapaz para ser saqueador do bolso do contribuinte! Não! Ele já sabia. Aliás, ele usou muito, no ano passado, o argumento de que tinha tido uma herança maldita do governo anterior. Sim, mas nós já estamos no segundo ano, estamos terminando o segundo ano. Ainda hoje vai ficar falando essa conversa mole? Quando é que ele vai parar com isso? Está na hora de começar a governar.

Eu gostaria de pedir a alguém do governo, que tenha toda a boa vontade, que me apresentasse uma só ação, Deputado Wasny de Roure – não preciso de muitas, não, é uma só –, positiva desse governo ao longo desses dois anos. Do que eu tenho notícia, é: esculhambar a orla do Paranoá, é derrubar a casa das pessoas, é não cumprir a palavra, é não conceder reajuste. O Governador Rodrigo Rollemberg é uma unanimidade no Distrito Federal. Ele consegue desagradar todo mundo. Ele consegue até brigar com a Polícia Civil, com a Polícia Militar – consegue brigar com todo mundo. Então, não tem jeito.

DEPUTADO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – V.Exa. pediu para citar pelo menos uma ação. Vou citar uma.

O discurso de V.Exa. está muito coerente, até pela posição que V.Exa. tem tomado aqui, mas uma ação positiva que o governo tomou foi a regularização de áreas, principalmente em São Sebastião. Já foram entregues em São Sebastião, Deputado Lira pode me corrigir, mais de dez mil escrituras. Nós sabemos que também está em curso, por exemplo, a regularização dos bicos de Ceilândia e do Gama.

Essa ação de regularização – eu vou dizer – obviamente é uma ação de governo. Como V.Exa. pediu para citar uma, já citei. É uma ação positiva a

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
05 10 2016	15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	19	

regularização fundiária da nossa cidade. Claro que é necessário que se avance muito. É necessário que o Estado tenha uma capacidade de gestão e de execução maior.

Como eu disse no meu discurso anteriormente, nós estamos com um déficit de atendimento nos serviços públicos de dez anos, Deputado Raimundo Ribeiro. Hoje, a capilaridade, a estrutura dos serviços públicos do Distrito Federal, em tese, é para a população que nós tínhamos em 2005. Então, é necessário, sim, que o governante, ou quem assuma a cadeira do Governo do Distrito Federal, tenha essa visão.

Como V.Exa. pediu para a gente citar uma, eu citei essa questão da regularização da cidade de São Sebastião, dos becos de Ceilândia e dos becos do Gama como uma ação do governo.

Eu sei que isso é continuidade do que foi colocado no governo anterior. Quero deixar isso bem claro.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Inclusive, a lei que possibilitou a regularização dos becos foi a mesma lei das pontas de quadra, que a gente tem trabalhado. A questão de São Sebastião já é relativamente antiga. Eu mesmo e a Deputada Arlete Sampaio fizemos duas audiências. O Deputado Agaciel Maia é testemunha disso. Acho que é importante a gente reconhecer o que os outros fazem também.

DEPUTADO DELMASSO – Nós devemos colocar o seguinte: o governo anterior começou e esse governo teve a hombridade de dar continuidade numa política estadista. Era só isso.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Obrigado, Deputado Delmasso.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – É exatamente. Eu, inclusive, tinha anotado aqui que, na verdade, coube...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Na verdade, coube ao RR genérico tão somente, Deputado Delmasso, ao longo de dois anos, fazer aquilo que era imperioso. Quer dizer, todo mundo deixou as coisas praticamente prontas e ele precisou de dois anos para poder fazer alguma coisa. Mas de qualquer maneira é bem lembrado. A gente tem que dar graças e aleluia. Até entendo o esforço, o hercúleo do Deputado Agaciel Maia de tentar explicar algumas coisas, porque esse governo é inexplicável. Eu acho que nem ele mesmo se entende.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
05 10 2016	15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	20	

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Raimundo Ribeiro, eu tenho uma posição muito clara com relação a aumento de IPTU. Expressei-a no ano passado, tivemos a colaboração do Deputado Agaciel Maia para que não aprovasse, e neste ano eu continuo com a mesma posição. Até porque nós demos uma solução para o governo, que iria arrecadar muito mais do que aplicar o aumento linear, que é recadastrar de maneira referencial todo o Distrito Federal. Você vai pagar o que é justo. O que não pode é aplicar um aumento linear do jeito que eles querem aumentar para todo mundo. De uma taxa nós já nos livramos, que é a de limpeza pública. A rapaziada é tão incompetente que se esqueceu de mandá-la para a Câmara discutir. E dizem que Deus não ajuda os que dormem.

Mas tem uma questão, Deputado Raimundo Ribeiro, que está me deixando incomodado. Olha que eu já votei muito projeto do governo aqui, o que for do interesse da cidade vou continuar votando. O governo, que não tem dinheiro, de repente, faz uma baita propaganda de televisão mostrando que está entregando dezessete terminais rodoviários. E está gastando dinheiro para mostrar. Só que os terminais foram construídos no Governo Agnelo Queiroz, todos iniciados na época dele, e o recurso ficou em caixa. Portanto, pelo menos, deveria dizer lá na propaganda que deu continuidade e está entregando agora depois de tanto tempo. Seria mais justo do que tentar aparecer e bota umas moças e uns rapazes para falar, dizendo que é realização desse governo. Não é, vem do governo anterior. Portanto, V.Exa. tem razão.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Agradeço ao Deputado Chico Vigilante. E aí vou concluir, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: apenas fazendo ainda uma pequena observação na fala do Deputado Delmasso, que diz que é um déficit de 10 anos. Realmente é um déficit de 10 anos, mas há dois anos, quando o Sr. Rodrigo Rollemberg se candidatou ao governo, ele sabia que era um déficit de 8 anos. Se não tem competência, não se estabeleça, não peça para ser governador. Se você não tem apetite para a coisa, não faça. Uma das características dele, e aí desculpa repetir, é a preguiça, todo mundo sabe disso. Se o cara sabe que é assim, para que se propõe a governar, se nunca na vida dele fez nada? A vida dele inteira foi dentro do Parlamento e sempre à sombra.

Então, de repente, querer assumir uma cidade com a magnitude dos problemas que o Distrito Federal tem... Seria mais correto dizer o seguinte: olha, eu não vou porque eu não dou conta. Não vou atrapalhar a vida dos outros, que é o que infelizmente está acontecendo. Agora, lamentavelmente, nós somos obrigados a chegar aqui na tribuna e denunciar algumas coisas. Por exemplo, terça-feira da semana passada, nós estávamos na salinha ao lado, Deputado Prof. Reginaldo Veras, e nos foi solicitado destrancar a pauta, aprovar os projetos do governo, porque o governo ia receber o pessoal que estava sendo vítima das derrubadas. Não foi isso?

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 10 2016	15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA		21

Enquanto nós estávamos aqui, o governo estava acabando com o Condomínio Mansões Bougainville. Eu não estou aqui nem entrando na discussão da legalidade ou da ilegalidade.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Raimundo Ribeiro, também lá no Sol Nascente, hoje foi a mesma coisa. O Deputado Juarezão, inclusive, estava na audiência. Eu tenho o maior apreço pelo Secretário Sérgio Sampaio, mas chegou num momento em que eu não me contive. Eu falei: Secretário, eu entendo que essa reunião perdeu o sentido. Nós tivemos duas horas e quinze minutos.

Eu, realmente, acreditei. Os colegas saíram aqui, se declararam trancando a pauta, eu sustentei porque acreditei naquilo que o próprio Deputado Agaciel Maia teria dito a nós, que haveria uma negociação que iria além das que houve anteriormente. E a gente saiu com uma mão na frente e outra atrás. E, diga-se de passagem, com várias representações de várias ocupações.

Então, eu lamento que a gente trate um lar de uma família apenas como grileiro, como bandido, isso é aquilo outro. Eu me recuso a pensar dessa forma. Ele pode ter errado? Pode. Ele pode estar no local errado. Ele não é técnico, ele não sabe se ali tem uma mina d'água, ou algo do ponto de vista ambiental. Então, eu entendo essas coisas. Mas o tratamento – acabei de conversar aqui com o Deputado Delmasso –, o respeito, o tratamento à pessoa, independentemente do cargo que você ocupa, é um instrumento fundamental. Então, sinceramente, lamentei profundamente essa reunião que tivemos na segunda-feira. Eu acreditei, de sã-consciência, como absoluta verdade, que valeria a pena. Sinceramente, não sei se eu teria, agora, motivação para uma outra reunião.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Agradeço o a parte de V.Exa. Deputado Wasny de Roure.

Veja que essa desesperança que chegou em V.Exa. talvez explique o fato de eu ter convivido três meses com esse governo. Foram apenas três meses, Deputado Wasny de Roure. E larguei a Liderança do Governo com três meses. Eu fui o primeiro a sair deste governo. Porque só precisa de três meses para você conhecer as atitudes de casa um.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte? Só porque fui citado pelo Deputado Wasny de Roure...

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa., estou sempre aqui para ouvi-lo.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 10 2016		15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA		22

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Quando houve a solicitação do governo para fazer uma reunião segunda-feira com os Deputados, e a audiência que repercutiu estava sendo comandada pela Deputada Telma Rufino e pelo Deputado Rafael Prudente, eu também me manifestei de que havia a necessidade de que os Parlamentares, ou os próprios Promotores da audiência pública, levassem um documento por escrito dizendo exatamente quais eram as áreas, porque eu sei que no Altiplano Leste existe uma perspectiva de um acordo com o Tribunal de Justiça sobre a regularização.

Então, todas as áreas demandadas onde existem as chamadas invasões foram colocadas por escrito. Foi necessário que o governo desse uma resposta também por escrito para dizer: essa área é passível de regularização, essa não pode porque é dentro de uma área de preservação ambiental... Então, nós teríamos uma posição por escrito do governo de todos os itens e, ao mesmo tempo, prestava um esclarecimento às lideranças sobre essas áreas, para que tivesse uma posição formal do Governo. Para dizer exatamente isto: olha, nós não vamos regularizar isso aqui, porque isso aqui é uma área de preservação.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sim, mas nós não levamos nada por escrito, e o acordo foi esse, Deputado Wasny de Roure.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Mas o entendimento que eu manifestei em plenário, inclusive consta na ata da sessão... Eu estou só dizendo o seguinte: no serviço público só vale o que está escrito, para se ter uma resposta formal do governo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Eu estou apresentando amanhã para a OAB. O governo tem todas as informações. Eu liguei hoje para a SEDESTMIDH – Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos humanos, falei com a Marlene, retornou a Madalena me dizendo quantas casas estavam ocupadas, quantos lotes estavam desocupados, quantas famílias, o que aconteceu. Eles têm todo o relatório, Deputado. Eu não tenho equipe lá na ponta. Perdoe-me, eu fico emocionado com essas coisas.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Deputado Wasny de Roure, eu sei, eu estou apenas me referindo ao aspecto de que há necessidade... Se nós nos apresentássemos ao Chefe da Casa Civil com um documento dizendo: "Nós estamos pleiteando a regularização dessas áreas, cada área dessa tem tantas casas, a situação é essa." Porque na hora que se tem um problema maior...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – O senhor sabe o que é isso aqui? É um levantamento que a minha assessoria fez sobre as instâncias, que mostra todos os processos, todo o problema que aconteceu. Está aqui.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 10 2016		15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA		23

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Deputado Wasny de Roure, cachorro mordido de cobra tem medo de linguça. Temos esse ditado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Não é isso não, Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu só estou dizendo a V.Exa... Veja o que aconteceu com o ex-Governador Cristovam Buarque na Estrutural. Nós precisamos formalizar isso, colocar no papel. Em determinadas áreas você tem que chegar e dizer às pessoas que estão lá: "Vocês não podem ficar aqui porque não há condições, lei federal e lei estadual não permitem, vocês vão receber um aluguel social."

Então, cada situação tem que ser detalhada, foi isso que eu argumentei. Eu não defendo que sejam massacradas famílias que não têm onde morar. Eu só acho que, se nós tivéssemos tido a oportunidade de fazer um detalhamento, um relatório analítico – e a audiência permitiu isso – e apresentar ao governo, ele teria que dar uma resposta por escrito, para que não houvesse distorção na informação entre o governo, os Parlamentares e a ponta lá, que é a população. Enquanto não houver isso, Deputado Raimundo Ribeiro, vai ficar sempre uma versão do fato, uns vão dizer uma coisa, outros vão dizer outra, alguns vão dizer o contrário. Então, o que eu defendo – e V.Exa. tem tido um papel brilhante nesse aspecto – é que os pleitos levados ao governo sejam feitos por escrito, de maneira analítica, detalhada, para que o governo dê uma posição. Nesse caso, poderão chegar e dizer: "Olhem, o governo negou, ele é responsável por isso. O governo disse que isso não podia, então nós também temos que ser explícitos". Tudo isso para que – e eu sei que não é o caso de V.Exa. – não haja jogo eleitoral, para que grileiros não se aproveitem da situação das terras públicas, vendam as terras, metam o dinheiro no bolso e depois joguem o pepino para os Deputados e para o governo. E nós sabemos que existe muito disso aqui.

Nós precisamos, Deputado Raimundo Ribeiro, V.Exa. é brilhante nisso, ser cartesianos, precisamos colocar isso às claras. Se não colocarmos isso às claras para o governo dar uma posição real, vamos estar sempre passando a conotação de que o problema da regularização fundiária em Brasília é moeda política. Existe isso até em nome de candidato: não sei quem disse, não sei quem dos condomínios, já se criou até codinome.

Deputado Delmasso, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Chico Vigilante, Deputado Julio Cesar, o que eu sugiro é que as demandas para o governo sejam feitas por escrito e que as respostas sejam dadas por escrito, para não ficarmos sempre com a versão do fato. Era o que eu tinha a falar, Sr. Presidente.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Agradeço ao Deputado Agaciel Maia. Não obstante o apreço que costumeiramente devoto às manifestações de V.Exa., eu quero dizer que, inadvertidamente, V.Exa. tenta inverter o ônus da prova. Na verdade, o governo é que tem que dizer por que ele derrubou a casa do fulano, e

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 10 2016		15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA		24

não o fulano que tem que ir lá dizer porque a casa dele não deve ser derrubada. A partir daí começa-se a conversa, mas a gente quer ficar apegado a um aspecto meramente formal... No serviço público, tudo tem que se escrever. Tem que se escrever, não. Na hora que o Governador quer alguma coisa, ele faz sem escrever.

Então, nós temos que parar e entender o seguinte: quem tem tempo e ganha dinheiro para fazer as coisas é o serviço público. Quem conduz o serviço público é esse rapaz que está aí, o Governador. Ele deveria estar preparado para a discussão, e não exigir das pessoas vitimadas pelas derrubadas que apresentem qualquer tipo de documento para poder começar a conversa. Não! Quem tem que estar preparado – perdoe-me, Deputado Agaciel Maia – é o governo, inclusive porque tem todo um aparato para isso.

Eu quero lembrar, por derradeiro, uma coisa tão óbvia. O Governador sabe desse problema especificamente do Quintas da Alvorada. Sabe por quê, Deputado Chico Vigilante? Eu vim a esta tribuna falar disso. O Governador gravou um vídeo que circulou na cidade inteira. Ele foi lá, disse qual era o problema do Quintas do Alvorada e prometeu que iria resolver, o que é uma tremenda de uma mentira. Estão passados dois anos e o cabra não fez nada! Ao contrário, mandou derrubar.

Então, vamos ser sinceros. Tudo bem, a gente quer ser da Base, quer apoiar. Quer fazer isso? Pode fazer. Mas não dá para a gente usar argumentos que são meias verdades. Sabem por quê? Porque toda meia verdade é meia mentira. Não tem jeito de manter a situação do jeito que está.

Finalmente, pessoal, eu não sou oposição ao Governador Rodrigo Rollemberg. Ser oposição ao Governador Rodrigo Rollemberg, não se trata de uma opção; trata-se de um imperativo patriótico. Quem quer ajudar a salvar esta cidade não tem como apoiar esse governo que aí está, porque já deu demonstrações claras de que quer o mal da cidade, pois brigou com todo mundo.

Sr. Presidente, obrigado, inclusive pela paciência.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu protocolei hoje duas moções. Na primeira delas, cumprimento os Centros de Ensino Médio Setor Leste e Setor Oeste, o Colégio Militar de Brasília e o Colégio Dom Pedro II, que são escolas públicas que estiveram muito bem posicionadas no *ranking* do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Também cumprimento as escolas particulares do Distrito Federal: o Colégio Olimpo de Brasília, o Colégio Olimpo de Águas Claras, o Colégio Ideal e o Colégio Pódion, que tiveram uma classificação no Exame Nacional do Ensino Médio entre os cem colocados nesse reconhecimento de qualidade.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
05 10 2016	15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	25	

Por último, quero ainda registrar que tanto eu como o Deputado Prof. Reginaldo Veras estamos fazendo aportes de emendas parlamentares para poder equacionar esse problema no Centro de Ensino Médio de Planaltina, que provocou o óbito de um rapaz que sofreu um acidente. O quadro de energia não tem condições de fazer suporte de energia para toda a escola.

São essas as considerações, Sr. Presidente. Obrigado.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, neste momento eu faço um pedido principalmente ao Secretário Parlamentar, o Dr. José Flávio, que se encontra aqui, e ao nosso Presidente. Nesta tarde eu atendi no meu gabinete uma comissão de ambulantes de Brasília, que vieram e comentaram que foi aprovada por nós, Deputados, a regulamentação dos *food trucks*, para que eles pudessem trabalhar. O governo concordou que também encaminharia a esta Casa a definição de como funcionaria a questão dos ambulantes em Brasília.

O que acontece, Deputado Delmasso? Virá mais um *show* para esta cidade. Neste final de semana teremos o Green Move Festival, e na verdade os ambulantes estão proibidos de vender suas mercadorias, porque vem a Agefis e de forma truculenta retira esses ambulantes que estão ali buscando ter o seu ganha-pão. No último governo havia um número de autorizações permitidas, fornecidas para cada evento. Mas neste momento não tem sequer uma licença para que eles possam exercer a sua atividade.

Na verdade, a informação que tivemos é que estava parado na Segeth, e a secretaria estava elaborando o projeto de lei para ser encaminhado a esta Casa. Só que isso já tem quase um ano. É inadmissível esta Casa aprovar a regulamentação dos *food trucks* da maneira como foi, de forma tão rápida, e eles não encaminharem a esta Casa a questão dos ambulantes. Nós precisamos definir isso o mais rápido possível.

Peço ao Presidente, o Deputado Juarezão, que faça esse contato junto à Segeth e à Casa Civil. A informação que eu tive agora é que já está lá na Casa Civil, mas ninguém consegue identificar se isso é verdade ou não. Então, eu peço a V.Exa., Sr. Presidente, e ao José Flávio, que está aqui, que façam isso para tentarmos equacionar, para este final de semana, um mínimo de autorizações para o povo poder trabalhar. Nós estamos vivendo um ambiente tão ruim na cidade, com essa questão do desemprego, da economia, e não podemos nos furtar de ver esses trabalhadores exercendo a sua profissão com todo o zelo e carinho.

Então, eu peço essa gentileza. Solicito ao Deputado Agaciel Maia que peça ao Governador, ao Secretário das Cidades. Parece que nós temos um representante,

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
05 10 2016	15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	26	

que é o Marlon. Eu entrei em contato com ele, e ele ficou de me dar uma posição para que neste final de semana tenhamos uma resposta o mais rápido possível.

Eu agradeço.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário, o Deputado Agaciel Maia.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje eu estava aqui comentando com os colegas que estou um pouco angustiado nesta função de Parlamentar, porque tem horas que a gente se pergunta: que diabos eu estou fazendo aqui? Tal é a nossa impotência, a nossa incapacidade de resolver problemas elementares, problemas banais, isso no meu entender.

Hoje, visitando escolas em Planaltina, fui chamado às pressas pela Diretora Regional de Ensino daquela Região Administrativa para tentarmos sanar o problema, ou pelo menos minimizá-lo, do Centro de Ensino Médio nº 1, já citado aqui pelo Deputado Wasny de Roure. Nesse colégio um aluno foi eletrocutado esta semana. O aluno já se encontra em estado de recuperação – porém, ainda grave – no Hospital de Ceilândia. A pessoa foi eletrocutada em Planaltina, mas está internado no Hospital de Ceilândia. Eu não sei qual a logística de distribuição de pacientes, e a gente questiona isso.

A Defesa Civil esteve lá, sob o comando do Coronel Sérgio. Quem conhece o trabalho dele sabe que é uma pessoa altamente competente. Ele até já foi para a reserva, mas fez questão de voltar, porque tem muito a contribuir ainda com os novos servidores daquele competente órgão, a Defesa Civil. Ele, de forma muito sensível, em vez de fechar a escola, de impedir o acesso a ela, pediu que fossem feitos pequenos reparos emergenciais até que se sanasse o problema mais complexo, que é a reforma da parte elétrica.

Numa avaliação preliminar, é o tipo de coisa que dá para ser feita com 100 mil. Eu pergunto, Deputado Wasny de Roure? O que são R\$100.000,00 (cem mil reais) para um orçamento bilionário que temos? Sabemos de todas as dificuldades orçamentárias desta Casa.

Três mil alunos estudam ali. É a segunda maior escola do Distrito Federal em número de alunos. De R\$100.000,00 (cem mil reais) nós estamos falando. E aí a Secretaria de Educação, por meio do seu Departamento de Engenharia que esteve no lugar, disse: "Não temos o que fazer. Não faremos".

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
05 10 2016	15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	27	

Sabe? Não dá para engolir esse tipo de coisa. Como é que o representante do Estado chega e diz: "Não há o que fazer, e não faremos"? Eu ia usar um palavrão, mas não posso, o decoro não me permite, mas eles falaram: "Dane-se", para não dizer outra coisa. E aí temos que achar solução.

Eu liguei para o Deputado Wasny de Roure. Por sorte, esta semana, está sendo feita a portaria do PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira, e nós mandamos um pequeno orçamento para a Regional de Ensino. Pedimos para remanejar a fim de resolver esse problema em caráter emergencial.

O questionamento não é esse. Quem tem que resolver o problema é o Estado, não é o Parlamento. Com essas coisas, vamos perdendo a paciência. Às vezes, vamos perdendo a esperança. Alguns dizem: "Não perca, não." Mas é angustiante isso. É angustiante.

É um problema banal, simples, que qualquer cidadão resolveria na sua casa, mas o Estado não consegue resolver. Com um orçamento bilionário não conseguimos resolver um problema de 100 mil. E nós estamos falando de 3 mil alunos, da mais importante escola de toda a região norte do Distrito Federal.

Então, fica aqui o desabafo, Sr. Presidente. Agradeço demais ao Deputado Wasny de Roure, que, de pronto, atendeu o nosso pedido, e remanejamos uma pequena verba para tentar resolver o problema, tentar. Vamos ver o que acontece daí para a frente. Muito obrigado a todos e desculpem-me.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Comunicado: "Convoco a Mesa Diretora para reunião segunda-feira, dia 10 de outubro. Entre outros assuntos, trataremos da publicidade da Casa".

Encerrados os Comunicados de Líderes, passa-se aos
Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, na minha visão, as obras da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Saúde deveriam todas ser feitas pela Novacap.

A Novacap é uma empresa pública que tem esse objeto social dentro do seu contrato social. Enquanto a área de engenharia ficar descentralizada, nós vamos ter ainda os centros de saúde, os hospitais e as escolas públicas capengando do jeito que estão. Era só isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 10 2016		15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA		28

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu volto a um assunto que eu tenho trazido constantemente a esta tribuna. Creio que a Câmara Legislativa do Distrito Federal precisa se preocupar com isso. Refiro-me à onda avassaladora de desemprego no Distrito Federal.

É inaceitável o que está acontecendo em Brasília do ponto de vista do desemprego. Nós temos centenas de empresa quebrando no Distrito Federal e no Brasil. Deputado Agaciel Maia, são centenas de empresas que estão quebrando. Por onde a gente anda, a gente sente o desânimo estampado nos rostos das pessoas.

Eu tenho sido procurado por pessoas altamente qualificadas, pessoas que têm curso superior. Há uma menina que, inclusive, é jornalista e disse: "Chico, eu quero ter a oportunidade de trabalhar. Eu quero um emprego de limpeza para eu ter uma ocupação". As pessoas não suportam mais a carga do desemprego e sofrimento que estão vivendo.

O papel do Estado é ajudar a resolver essa situação, mas também é do Parlamento. Eu fico olhando, Deputado Agaciel Maia. O Ministério Público do Distrito Federal precisa ter o mínimo de sensibilidade. Esta questão do Refis, por exemplo, não é uma opção da maioria das pessoas terem ficado sem pagar. Tem que haver essa compreensão. É preciso salvar os empregos no Distrito Federal, porque as pessoas, sem emprego, estão desesperadas.

Eu não sei se os senhores, se as senhoras, se todas as pessoas que estão aqui já prestaram atenção na quantidade de gente que há nos semáforos vendendo alguma coisa, vendendo água, vendendo refrigerantes, vendendo de tudo. Eu temo que a gente chegue, aqui em Brasília, a uma situação que eu, uma vez, vi em Lima, no Peru, onde, no semáforo, havia gente vendendo até geladeira. Aqui, já estão vendendo de tudo. A gente chega ali na Esplanada dos Ministérios, e o que mais tem é gente vendendo alguma coisa. Aqui, dentro da Câmara Legislativa, as pessoas entram, muitas vezes, escondidas, e tentam vender alguma coisa, para terem uma ocupação digna. E eu digo: dá para ser diferente.

Lá no Maranhão mesmo, o Governador do Estado do Maranhão, que é do PCdoB, me disse, ou melhor, eu vi na imprensa que ele implementou um plano de incentivo à contratação de trabalhadores. Nesse plano, o Estado está ajudando. Está pagando determinados valores para que as empresas contratem, já que o Estado não pode contratar. Aqui, Deputado Agaciel Maia, a gente fica apegado à burocracia, com medo, sem coragem de fazer as coisas. Basta alguém mandar um ofíciozinho dizendo que Deputado não pode votar o Refis, que um bocado de gente fica sem querer votar.

Eu não posso continuar assistindo ao que estou assistindo em Brasília. Não posso me contentar com a destruição da economia local. Não posso. É inaceitável. É preciso que esta Casa tenha a capacidade de dar um grito de socorro sob pena de as

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2016		15h13min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

peessoas chegarem à conclusão de que a Câmara Legislativa não serve para nada; e no dia em que a população chegar à conclusão de que ela não serve para nada, vai pedir o fechamento, e ela é importante não é para a função dos Deputados, é importante para a democracia.

Portanto, eu concluo dizendo, Deputado Agaciel Maia, V.Exa. que é Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças desta Casa: vamos promover alguns seminários em que apresentemos solução para os problemas vividos em Brasília.

Eu me lembro de que V.Exa. ficou três anos brigando para implantar o Menor Aprendiz – que deu certo. Poderíamos ter hoje milhares de jovens sendo contratados. O governo pode incentivar isso, é barato, é um salário mínimo, que, muitas vezes, ajuda na sustentação de um lar e ajuda também no desenvolvimento educacional daquelas pessoas. Portanto, eu faço esse apelo a V.Exa.

Eu fiz uma sugestão ao Governador Rodrigo Rollemberg, que fala tanto nessa dívida que o governo tem com as empresas. Deputado Agaciel Maia, há empresas dispostas a receber terrenos pelo pagamento da dívida, porque aí eles vão fazer dinheiro daquele terreno e movimentar a economia, vão construir, inclusive. Eu disse a S.Exa.: “peça para alguém fazer o projeto e manda para a Câmara, que nós vamos articular e vamos votar. O que não pode é ficar parado”. Nesta Casa se aprendeu a dizer nada pode, em Brasília nada pode. É preciso poder alguma coisa.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Consulto se algum Deputado quer fazer uso da palavra. (Pausa.)

Esta Presidência informa que, em razão da aprovação do Requerimento nº 2.028, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, a sessão ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 6, de outubro de 2016, será transformada em comissão geral para debater questões relativas ao turismo no Distrito Federal, bem lançar a Frente Parlamentar em Defesa do Turismo no Distrito Federal.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h30min.)